



Carta de Princípios para o Tratamento de Dados Pessoais

- I. As entidades signatárias se comprometem a cumprir as diretrizes constantes neste Decálogo realizando toda e qualquer atividade de tratamento de dados pessoais com respeito à lealdade e à boa-fé objetiva.
- II. As entidades signatárias assumem o compromisso de que todo tratamento de dados pessoais seja realizado de forma a garantir a privacidade e intimidade de seu titular, em harmonia com as regras e os princípios de proteção dos consumidores, da livre expressão comercial, da livre iniciativa e da proteção à ordem econômica.
- III. As entidades signatárias se comprometem a adotar modelos de tratamento de dados que atendam aos legítimos interesses de seus titulares, inclusive com a manutenção ou cancelamento do registro.
- IV. As entidades signatárias se comprometem a informar o titular do dado acerca do início do seu tratamento em um banco de dados, excetuando-se as hipóteses relacionadas ao tratamento de informações de domínio público.
- V. As entidades signatárias obrigam-se a fornecer amplo acesso aos titulares dos dados inseridos em seus cadastros, no que se refere ao conteúdo das informações e dados objeto de tratamento que lhe digam respeito.
- VI. O tratamento dos dados será realizado de forma a garantir a segurança e a preservação das informações, de forma proporcional ao conhecimento e estado atual da tecnologia.
- VII. As entidades signatárias comprometem-se a não tratar, manipular ou utilizar, de qualquer forma, dados obtidos em decorrência de fraude, erro, dolo ou coação.
- VIII. As entidades signatárias garantirão aos titulares de dados a opção de cancelamento, alteração ou a correção de informações existentes, respeitadas as exigências e exceções legais e contratuais.
- IX. As entidades signatárias se comprometem a não realizar o tratamento de dados sensíveis, salvo na hipótese de haver solicitação ou consentimento expresso do titular.
- X. As entidades signatárias comprometem-se a tratar os dados pessoais na forma em que estes últimos foram fornecidos por seu titular, presumindo a sua acuidade, correção e veracidade.